

# O TRABALHO

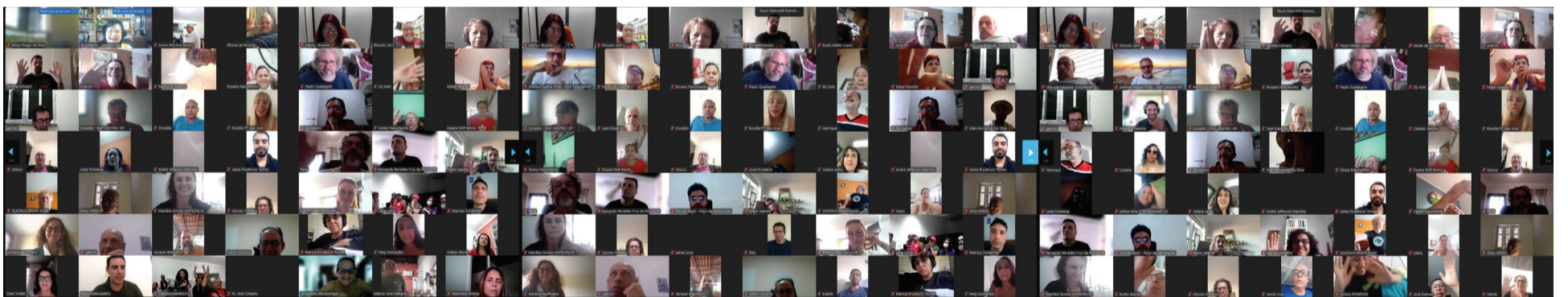
Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

[www.otrabalho.org.br](http://www.otrabalho.org.br)

R\$ 5,00

nº 941 - de 23 de novembro a 13 de dezembro de 2024

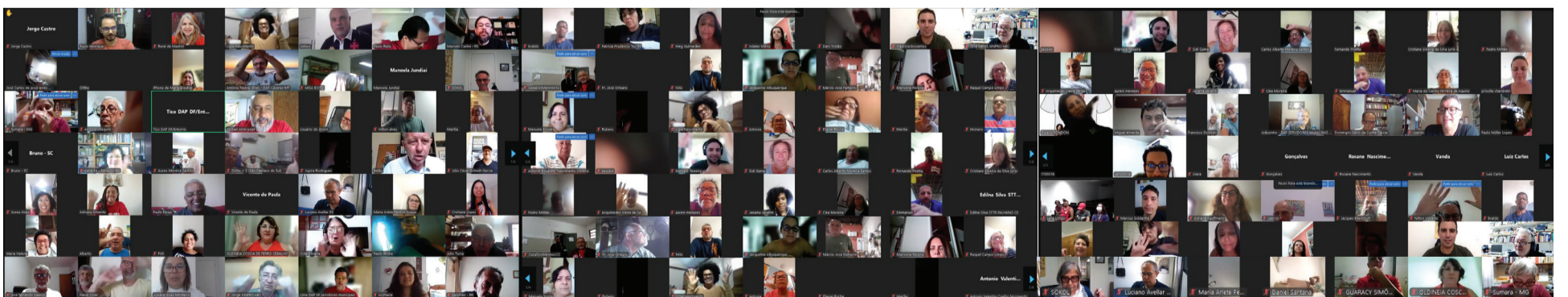
Camilla Pizzolotto



## PLENÁRIA NACIONAL DO DAP

Girar à esquerda: Lula responde aos trabalhadores!

**págs. 6 e 7**



**NACIONAL**  
SÓ QUEM DEFENDE É  
PATRÃO: FIM DA 6X1!  
**pág. 4**

**REVOGAÇÕES**  
MANIFESTO CHEGA  
A 850 ADESÕES  
**pág. 5**

**EUA APÓS ELEIÇÕES**  
DECLARAÇÃO DO  
SECRETARIADO INTERNACIONAL  
**pág. 12**

# 17º Encontro Nacional da Juventude Revolução do PT

**Organizar a luta contra a escala 6x1, contra o genocídio na Palestina e contra a violência policial!**

De 15 a 17 de novembro, a Juventude Revolução do PT (JRdoPT) realizou seu 17º Encontro Nacional em Juiz de Fora/MG. O tema principal foi "Contra a Guerra e a Exploração!", posição histórica do movimento operário e da Juventude Revolução.

## Jovens no mundo todo exigem: Cessar-fogo já!

O encontro iniciou com a mesa que discutiu o tema da guerra e do genocídio do povo palestino e contou com um convidado, o estudante Mansour Husein, jovem palestino que luta ao lado da JR na construção da RNEAP - Rede Nacional de Estudantes em Apoio à Palestina. Também compôs a mesa Amanda Azulay, jovem judia, militante da JRdoPT e do coletivo Árabes e Judeus pela Paz. A mesa composta por um palestino e uma judia se encarregou de ajudar o conjunto dos delegados a compreender o que se passa na Palestina. A ocupação israelense, fortemente financiada por países imperialistas, precisa ser combatida pela luta dos trabalhadores e da juventude que, nos EUA e na Europa, exigem o fim do envio de armas e do financiamento ao Estado de Israel e, no Brasil, exige o fim dos acordos militares, comerciais e diplomáticos. O encontro encaminhou, ainda, a ampla participação nos atos de 29 de novembro, dia internacional de solidariedade ao povo palestino e a ampla divulgação do manifesto da RNEAP que exige o fim dos acordos e relações com Israel.



↳ Plenário do 17º ENJR

## Fim da escala 6x1!

As mobilizações contra a escala 6x1 alimentaram debates sobre as condições de trabalho da juventude no comércio, em shoppings, redes de fast-food e telemarketing. A falta de condições de trabalho e o assédio moral levam muitos jovens a adquirirem doenças ocupacionais, além do adoecimento psicológico. O Encontro decidiu organizar um grupo de trabalho para discutir iniciativas que ajudem na mobilização contra a escala 6x1 e debata questões da juventude trabalhadora.

## Lula, recomponha o orçamento da educação!

Nos grupos de trabalho sobre movimento estudantil secundarista

e universitário, o Encontro aprovou resoluções pela construção de campanhas exigindo que o governo Lula recomponha o orçamento da educação. A política do "déficit zero", ligada ao arcabouço fiscal, aprofunda o problema de sucateamento das universidades e institutos federais. Estudantes sofrem cada vez mais com a falta de bolsas de auxílio para permanência estudantil e de reformas em quadras, laboratórios e salas de aula.

## Chega de chacina: investigação e punição já!

Outra discussão do Encontro foi o racismo e a violência policial. Os jovens debateram e discutiram assinar a carta "Chega de chacina! Investigação e punição já!", iniciativa de militantes

do Diálogo e Ação Petista e lideranças do movimento negro, que exige a federalização da investigação das chacinas do Cabula, na Bahia, Jacarezinho, no Rio de Janeiro e da Operação Escudo, em São Paulo.

Após muito debate, os delegados retornaram aos seus estados e aos núcleos da JRdoPT para discutir as resoluções e desenvolver suas lutas. Um delegado de Cuiabá/MT, o MC de rap Davi Machel, disse em sua intervenção: "A campanha eleitoral foi muito difícil. Em muitos lugares, o PT apoiou candidatos que não têm a ver com interesses dos trabalhadores. Eu confesso que saí desanimado. Mas esse Encontro era o que faltava para me devolver o ânimo! Vamos de volta à luta!".

## Participação nos atos pelo fim da escala 6x1

No feriado de 15/11, ocorreram atos pelo fim da jornada 6x1. Em Juiz de Fora/MG, o ato ocorreu às 9 horas da manhã. Foi convocado em meio ao 17º ENJR. Por isso, parte da delegação ao Encontro que já estava na cidade, compareceu para se somar à luta pelo fim da escala 6x1, jornada esta que atinge principalmente os jovens trabalhadores que ocupam os postos de trabalho mais precarizados.

## "Trabalho demais, descanso nenhum! Pelo fim da escala seis por um!"

A palavra de ordem elaborada pela agitação da JRdoPT ganhou o ato e foi cantada pelo conjunto dos manifestantes. No microfone, a militante da JRdoPT e trabalhadora do comércio, Daniela Oliveira, explicou que "essa escala adoce, mental e fisicamente, a juventude". É verdade! Com só um dia

de folga na semana, não sobra tempo para nada.

## Mentira dos patrões

Outra delegada ao Encontro relatou ter ouvido do patrão que se acabar a escala 6x1 "as criancinhas não vão mais poder tomar sorvete", pois não teriam mais trabalhadores nas sorveterias. Nos jornalões e na mídia, mentiras como essa também são inventadas para confundir o povo. A verdade é que os patrões não querem contratar mais, querem seguir lucrando às custas da exploração e do adoecimento físico e psicológico de trabalhadores. Seguimos no combate, junto a todos aqueles que se movem para pôr fim à essa escala que explora a juventude, não nos deixa ter tempo para viver, descansar, praticar esportes ou ter acesso à cultura e lazer.

Gabriel Lacerda



↳ JRdoPT no ato pelo fim da escala 6x1 em Juiz de Fora-MG

# Com essas instituições não dá: reagir e não se adaptar!

Após as eleições desse ano, nas quais as Emendas Parlamentares exerceram um peso enorme em conduções e reconduções de vereadores e prefeitos que mais se servem delas, o assunto permaneceu em alta. De R\$ 3,9 bilhões em 2015, o valor executado por ano das Emendas cresceu para R\$ 48,3 bilhões em 2024. Crescimento anual de 32%. O esquema clientelista é de dar inveja à época dos coronéis.

No Brasil, representa 24% do gasto discricionário do orçamento da União. Para um comparativo, na Alemanha é de 9%. No México, 4%. Nos EUA, França e Chile, 1%. E por aqui - só aqui - ainda se pode aprovar Emendas sem a concordância do Executivo, cortar despesas obrigatórias e intervir ao longo da execução do Orçamento.

## Clientelismo incontrolável

À época do pleito, depois de algum morde e assopra, os Três Poderes fecharam acordos para não mexer em nada de essencial na farra. Agora, foi apresentado o PLC (Projeto de Lei Complementar) 175/24, do deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA), que foi aprovado na Câmara. Nele se prevê a possibilidade de o Executivo bloquear parte dos recursos em caso de... ajuste fiscal! E ainda a obrigatoriedade de destinar metade do valor das chamadas Emendas

de comissão, a "serviços de saúde". No Senado, nem isso foi aprovado pelos nobres senadores. Ao voltar para a Câmara, a destinação de 50% aos serviços de saúde (aqui se incluem OSs, ONGs etc.), foi reposta e o PLC segue para sanção presidencial.

Fez-se alarde, e nada resolvido. Nem os problemas da Saúde pública, nem os político-democráticos, pois o montante das Emendas, um verdadeiro sequestro do Orçamento nacional, e o clientelismo político permanecem intactos.

## COLOCAR-SE NA TRINCHEIRA DAS DEMANDAS DO POVO

É mais uma amostra do que é esse Congresso. Da natureza das instituições brasileiras, anti-povo, que legislam contra e golpeiam a classe trabalhadora. São elas que mantêm os tentáculos das Forças Armadas (F.A.) sobre os direitos democráticos via artigo 142 da CF, e que pariram Bolsonaro, "com STF, com tudo".

## Mas o governo Lula, do PT, qual caminho deve seguir?

O de não enfrentar a farra das Emendas e as

chantagens do Congresso, nem a tutela militar sobre a República? O caminho do ajuste fiscal e dos cortes, que começam a ser anunciados em programas sociais e até mesmo à Educação e Saúde (ver pág. 8)?

Ou o caminho de se ligar às demandas do povo, que o elegeu, como por exemplo, se colocar na trincheira contra a escala de trabalho 6x1 (ver pág. 4)?

Nunca é demais lembrar que essa força popular foi capaz de elegê-lo contra fraudes, acompanhadas silenciosamente pelas instituições, e contra Bolsonaro e seus generais que, sabemos hoje, estavam comprometidos nas tramas de um golpe, com a ciência do Alto Comando das F.A. (ver pág. 9).

## Reatar com o povo e a juventude

É a sintonia com essa força que deve ser resgatada pelo PT e pelo próprio governo. De reatar com a classe trabalhadora e a juventude. Antes que seja tarde, como alerta a declaração da Plenária Nacional do Diálogo e Ação Petista de 9/11 (ver págs. 6 e 7), que também diz: "Que Lula responda aos especuladores: nós não vamos cortar nada! Que o governo responda aos trabalhadores: Vamos restituir os direitos retirados! É hora de reagir e não se adaptar!" É nessa luta que estaremos juntos aos companheiros do DAP.

## CAMPANHA FINANCEIRA ADQUIRA NOSSO CALENDÁRIO 2025!

Estamos em campanha de arrecadação financeira. Como sempre, você pode contribuir adquirindo nosso calendário. O tema desse ano é a questão da guerra e a posição do movimento operário ao longo da história.

Com fotos que reportam momentos históricos da resistência dos povos contra as guerras, além de momentos de luta contra a opressão imperialista às nações e os povos. A economia de guerra, com a produção maciça de armas passa a fazer parte importante da economia mundial que hoje, movimenta trilhões de dólares e consome parcelas cada vez maiores dos orçamentos nacionais também é abordada.

Ajude a sustentar nosso combate independente. Adquira o seu exemplar com os companheiros e companheiras de O Trabalho.



↳ Estudantes e veteranos contra a Guerra do Vietnã (EUA, 1972)

▲ 42%



# APOIE NOSSA LUTA!

Assine o jornal  
operário há  
mais tempo  
em circulação!

assinatura mensal  
R\$ 10/mês

assinatura semestral  
R\$ 60/semestre

assinatura anual  
R\$ 120/ano

assinatura solidária  
R\$ 150/ano

ACOMPANHE O TRABALHO: [f](https://www.facebook.com/jornalotrabalho) [i](https://www.instagram.com/jornalotrabalho) [y](https://www.youtube.com/jornalotrabalho) [https://jornalotrabalho.org.br](https://www.jornalotrabalho.org.br)

### Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Diagramação: Paulo Henrique - MTb.: 0001939/AL

# Escala 6x1 tem que acabar!

## Todo apoio à PEC

Jovens e trabalhadores se reuniram em pleno feriado de 15 de novembro para se manifestar e exigir o fim da escala 6x1. Foi um primeiro passo para levar às ruas a mobilização que ao longo dos últimos 10 dias dominou o debate nas redes sociais (com 67% das manifestações sendo contra a escala 6x1, segundo levantamento Nexus).

O objeto da intensa mobilização é a Proposta de Emenda à Constituição da deputada Erica Hilton, que já recebeu mais de 230 assinaturas, incluindo a bancada do PT. Para ser aprovada, precisa ir à votação e receber 308 votos. A PEC materializa a demanda de "fim da escala 6x1" e dá a forma concreta de redução da jornada semanal de 44 para 36 horas.

Apesar da diferença entre o número de assinaturas que a PEC recebeu e o número de votos que seriam necessários parecer pequena, não se pode subestimar a dificuldade que será encontrada para conseguir os 2/3 necessários dentro deste Congresso Nacional.

Ainda mais frente a grita das entidades patronais e dos "especialistas" consultados pela grande mídia, que prometem - para a surpresa de ninguém - quebradeira generalizada, fechamento de postos de trabalho, redução de salários, caso a PEC seja aprovada.

A proposta representa a redução de 20% das horas de trabalho e, frente a um Congresso majoritariamente capacho das elites econômicas, será necessária uma amplíssima mobilização e

lutas. Aliás, esse o Congresso é majoritariamente o mesmo - piorado, ainda por cima - que aprovou todas essas reformas antipovo, além da extinta PEC do Teto de Gasto, e por 2/3 deu o golpe em 2016.

Para avançar, essa pauta precisa que o governo Lula entre em jogo e que a juventude e os trabalhadores estejam dispostos a realizar uma luta profunda que se choque diretamente com as bases podres das instituições brasileiras.

**Mas, senão em um governo de Lula, do PT, quando?**

Nesse sentido, é absolutamente infeliz a posição de seu ministro do trabalho, Luiz Marinho, que relega este combate aos acordos coletivos, e lava as mãos sobre a realidade nacional de exploração dos trabalhadores. Também é altamente preocupante a quase completa ausência de dirigentes do PT e da CUT nos atos de 15 de novembro. Talvez seja pelo fato de ambas organizações terem abandonado, há

tempo, a batalha pela redução da jornada. Ainda mais quando, ao mesmo tempo, Bolsonaro não titubeia em orientar a bancada do partido, o PL, a agir de "forma maliciosa".

Bolsonaro afirmou que os parlamentares não podem "cair na armadilha" de se opor ao fim da 6x1. "Quem está contra a PEC está com razão, mas está dando um tiro no pé. Quem quiser fazer a coisa certa vai se dar mal", ele disse em evento do partido.

**Próximos passos**

Apesar de ter as assinaturas necessárias, a PEC não foi formalmente protocolada. Segundo a imprensa, a estratégia é aguardar a troca da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que define o relator do projeto. Hoje, a Comissão é presidida por uma bolsonarista. Após o protocolo e designação de um relator, a PEC vai tramitar na Câmara e no Senado e pode sofrer negociações, emendas, alterações por parte dos deputados e vereadores.

A luta vai ser longa e será preciso ficar alerta a tentativas de manobras por parte de representantes da burguesia. A disposição da juventude trabalhadora já está colocada. Tão melhor será se as organizações de trabalhadores de fato assumam a tarefa de ajudá-la em sua luta, que vai ao âmago da exploração dos patrões sobre os empregados e conta com o apoio de toda a classe.

Priscilla Chandretti



# STF desobriga contratação de servidores pelo RJU

## Contratação de temporários explodiu em 20 anos

No último dia 6, o STF concluiu o julgamento da obrigatoriedade ou não da contratação de servidores públicos via Regime Jurídico Único (RJU). Servidores contratados sob este regime têm direito a planos de carreira e estabilidade. Em 1998, a EC 19/98, a reforma administrativa de FHC, passou a permitir outras formas de contratação.

A decisão do STF foi de validar a emenda e permitir a contratação de servidores por outros regimes, como o da CLT, mesmo que estatutários exerçam a mesma atividade.

Mesmo antes do resultado do

julgamento, a precarização da contratação de servidores por fora do RJU avançou muito. O número de trabalhadores temporários no serviço público cresceu 1.760% entre 2003 e 2022. Já são mais de 700 mil pessoas nessa situação, considerando-se os três Poderes nas três esferas. Em 2003, eram 38,5 mil temporários no serviço público; em 2022, esse número chegou a 716,2 mil, 7,2% do total.

**Precarização avançou no magistério**

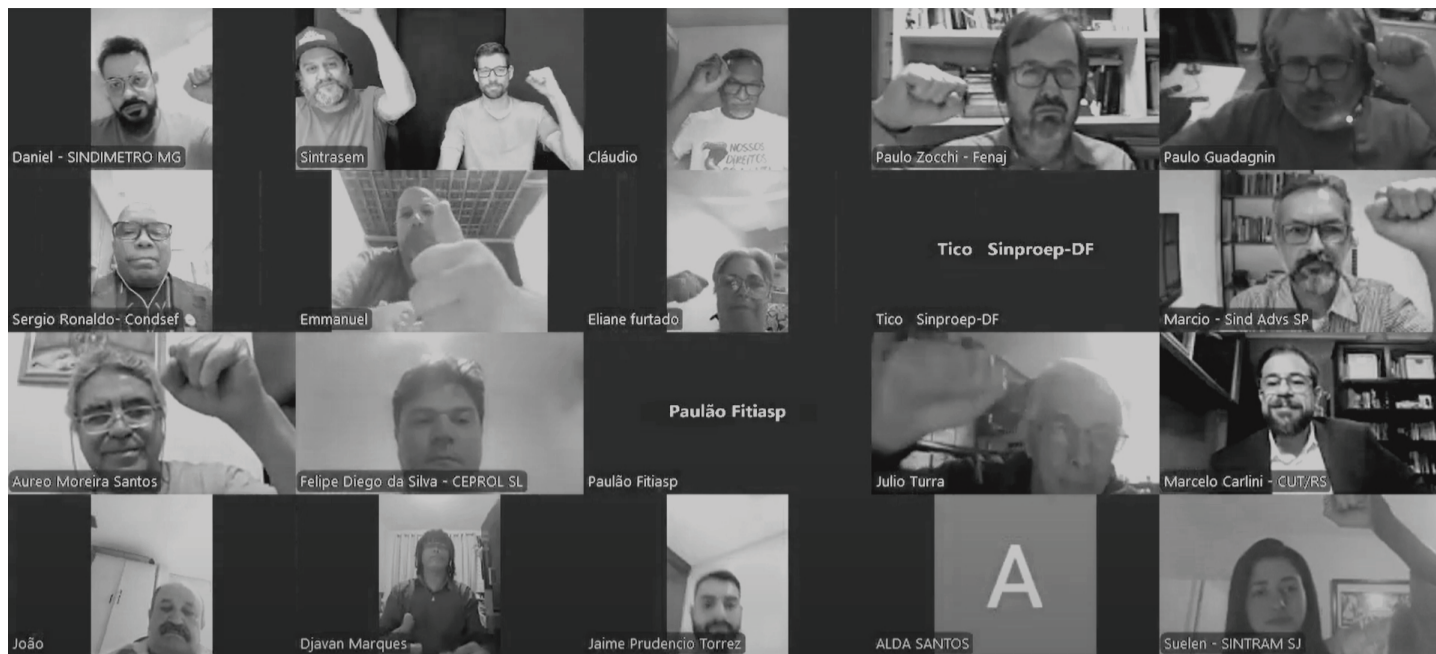
Em 2013, eram 505 mil professores concursados nas redes estaduais, frente a 230 mil temporários. O número

de temporários cresceu devagar até 2020, período em que havia queda no número de concursados. Mas, a partir de 2020, a mudança foi vertiginosa, até que em 2022 as posições se invertiram. Em 2023, último ano com dados do Censo da Educação Básica, eram apenas 321 mil concursados e 356 mil temporários. No Rio Grande do Sul, por exemplo, 59% dos professores da rede estadual são temporários.

O julgamento do STF coincide com a campanha de publicitária da Fecomércio/SP por uma "reforma administrativa". A campanha defende a redução temporária de salários em situações

"como epidemias ou fortes restrições fiscais", novas formas de contratação, redução de salários iniciais. Já a o jornal Folha de São Paulo (FSP) dedicou capa e editorial afirmando que a estabilidade de servidores seria uma "anomalia", mirando em professores, trabalhadores da saúde e "administrativos". Esther Dweck, ministra de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, respondeu a matéria afirmando "a estabilidade do servidor público não é privilégio, mas um pilar da defesa do Estado".

Marcelo Carlini



# Carta manifesto pela revogação das reformas já reúne mais de 850 sindicalistas

A campanha pela revogação das reformas ganha força e já ultrapassou a adesão de 850 dirigentes de sindicatos, federações e centrais de todo o país. Em uma plenária virtual no dia 13 de novembro, 96 participantes discutiram os próximos passos para a continuidade da campanha e iniciativas práticas para que a luta alcance os locais de trabalho.



— Após a marcha a Brasília, o movimento sindical ficou quieto, como se tudo estivesse resolvido. Mas nós sabemos que não é assim, e por isso subscrevemos à carta manifesto e enaltecemos a campanha. Estamos dispostos a encampar essa iniciativa com as nossas entidades filiadas. Temos que ocupar o lugar que sempre foi nosso nas mobilizações, atos, marchas a Brasília e da pressão nesse Congresso. Se depender desse Congresso, os direitos dos trabalhadores vão pra lata do lixo — disse em sua intervenção Sérgio Ronaldo,

secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef).

O Comitê Nacional de Sindicatos pela Revogação das Reformas Trabalhista, da Previdência e da Lei das Terceirizações também definiu na plenária a data para a entrega em Brasília da carta manifesto dos 1.000 sindicalistas: março de 2025, que marca o início da retomada da agenda do Congresso.

A entrega da carta manifesto será marcada por uma importante atividade em Brasília, com a realização de um seminário e um ato político.

O objetivo da campanha é chegar a 1 mil nomes na carta manifesto para exigir do STF, do Congresso Nacional e do governo Lula a retomada de todos os direitos roubados da classe trabalhadora.

Nesta fase da campanha, é importante que as entidades deliberem pela ida às demais cidades de seus estados para ampliar o número de sindicatos à campanha.

— Estou participando da reunião e assumo o compromisso de levar essa discussão para a diretoria do meu sindicato. Nós já sabemos o que queremos e para onde nós vamos; agora é preciso organizar a base — diz Eliane Furtado, diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social no Estado de São

Paulo (Sinsprev/SP).

Também foi discutido a participação dos sindicatos presentes nas atividades e mobilizações pelo fim da escala 6 X1 e apoio à PEC que está sendo proposta pela deputada Erika Hilton (PSOL) fruto da discussão com o Movimento Vida Além do Trabalho (VAT).



— O movimento sindical parou até de brigar pela redução de jornada, e estamos vendo agora o movimento pelo fim da escala 6x1, que começou com a indignação nas redes sociais e que estourou a bolha e agora ganha destaque com a PEC. A gente percebe as centrais acanhadas, com posições chapa-branca em relação ao governo Lula, e não de cobrança por aquilo que um governo popular deveria estar fazendo. Nós sempre cobramos essa pauta e o movimento sindical não pode abandonar suas bandeiras. Isso gera afastamento das bases

— diz Paulão, presidente da Federação Independente dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de São Paulo (FITIASP).

Em sua intervenção, o vice-presidente da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), Paulo Zocchi, destacou a importância da campanha e a dura realidade da pejotização, usada pelos patrões para fraudar vínculos empregatícios, não pagar encargos previdenciários e trabalhistas e acabar com os acordos coletivos de trabalho.



Segundo Zocchi, a Reforma Trabalhista introduziu o banco de horas por acordo individual, e isso tem uma ligação direta com a discussão da redução de jornada — e por isso devemos nos integrar ao movimento pelo fim da escala 6x1, pois são lutas combinadas. Zocchi também informou que a federação enviou o manifesto para todos os 31 sindicatos filiados.

Marcelo Carlini, diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Sintrajufe-RS), lembrou do papel do Judiciário na aplicação das contrarreformas.



— O STF é o grande fiador da Reforma Trabalhista, da Reforma da Previdência e da Lei das Terceirizações. As iniciativas para tentar liquidar a Justiça do Trabalho continuam em curso. A mobilização pelo fim da escala 6x1 prova que é falso esse discurso de que o trabalhador não quer mais saber de carteira assinada e CLT. Quando vamos botar abaixo esses ataques se não for no governo Lula? — questiona Marcelo.

O Comitê deliberou, ainda, publicar um material de discussão sobre o quanto o trabalhador é afetado por estes ataques, mostrando com exemplos concretos como as contrarreformas e a lei das terceirizações afetam a vida da classe trabalhadora e da população.

A plenária demonstrou o aumento do engajamento dos sindicatos e dirigentes sindicais de todo o país em torno da campanha, mostrando que a mobilização ainda deve crescer até a entrega da carta manifesto em março. O dirigente sindical e as entidades que ainda não assinaram a carta manifesto podem ler e aderir em [bit.ly/manifestodos1000](http://bit.ly/manifestodos1000)





Christiano Silva

↳ Militantes do movimento negro e da causa palestina confraternizam em manifestação em Juiz de Fora-MG

## Impunidade é avenida aberta à violência

A história brasileira é marcada por atos de violência. No centro estão jovens, em sua maioria, negros, que perecem sem direito de se defender e deixam suas famílias desoladas, com medo e sem justiça. Ryan Silva Andrade Santos de quatro anos, morador de São Paulo e Ágatha Vitória Sales Félix, oito anos, moradora do Rio de Janeiro são alguns desses casos. Apesar

de estarem a mais de 400 km de distância, Ryan, Ágatha e mais de 2000 crianças têm muito em comum: todos foram mortos pela mão da polícia.

Em 2019, o caso Ágatha chamou atenção de todo o Rio de Janeiro. A menina estava com sua mãe em uma Kombi, voltando para casa, quando foi atingida por um tiro disparado pela polícia no Complexo do Alemão.

A bala que atingiu Ágatha, foi disparada pelo cabo da polícia Rodrigo José de Matos Soares. Após cinco anos de espera, a família viu Rodrigo no banco dos réus, porém, não viu a justiça. José foi absolvido do crime pelo júri popular.

Rodrigo, assim como outros policiais, entra na lista de absolvidos. Segundo matéria publicada no O Globo (abril 2024), entre 2016 e 2018, dos 69 policiais denunciados, apenas um foi condenado no Rio. Até julho deste ano, pelo menos cinco casos de grande repercussão tiveram absolvição, como o de João Pedro, morador de São Gonçalo, morto em operação da Polícia Federal e Civil, enquanto brincava em casa. Em São Paulo, o júri condenou menos de 2% dos PMs que mataram na cidade (Ponte Jornalismo, out. 2024). Foram 20 condenações em um universo de 1224.

No caso de Ryan, morto por um tiro disparado pela polícia em Santos, litoral paulista, até o direito de velar e cortejar o corpo foi oprimido pela polícia que cercou o velório e a família ostensivamente, gerando grande tensão. Ryan já era vítima dessa polícia antes mesmo de sua morte. Havia perdido o pai, morto na Operação Verão.

### Um raio-x do Brasil

Esses casos são um raio-x de um país racista. Que não pune os responsáveis por violência policial, chacinas e abusos, deixando o caminho livre para morte de milhares de jovens, mulheres, homens e crianças, em sua maioria, negros. É nesse o contexto, cobrando medidas e uma resposta ao crescimento da violência policial, que a carta-manifesto "Chega de Chacina! Investigação e punição já!" foi lançada e distribuída nos atos e atividades de 20 de novembro, já com dezenas de assinaturas.

Os atos que aconteceram pelo país no 20 de novembro celebraram a conquista do feriado nacional. Foi um passo, realmente. Ter um feriado que reconhece o dia em que Zumbi dos Palmares tombou como um dia de resistência e luta é fundamental para o não apagamento da história. Mas, infelizmente, não podemos só comemorar. Há uma luta enorme pela frente que precisa ser feita. Isso exigirá do movimento negro, organizações, coletivos e militantes por todo o país, discussão, organização e ação. Um passo foi dado com a carta-manifesto, iniciando um trabalho de resistência que não encerrou em 20 de novembro. Apenas começou.

Jeffei



Alexandre Linares

↳ Protesto em 20 de novembro em SP

## Lula decide pacote de cortes

No fechamento desta edição, Lula e a equipe dos ministros Haddad e Tebet preparavam os detalhes finais de um pacote de ajuste fiscal com cortes em programas e direitos sociais. O ajuste deve levar a uma redução de despesas de R\$ 30 bilhões a este ano e de R\$ 40 bilhões ao ano que vem. O que equivaleria a cerca de um quarto do orçamento do Bolsa Família ou um terço do da Educação. Os cortes visam garantir a todo o custo o cumprimento dos limites-teto de despesas impostos pelo Novo Arcabouço Fiscal – aquele que o governo fez aprovar no ano passado em substituição ao Teto de Temer.

Dentre medidas que a equipe dos ministros Haddad e de Tebet levaram a Lula está a alteração na regra de aumento real do salário-mínimo. Ele é anualmente reajustado pelo índice que soma a inflação (INPC) e o crescimento real do PIB (de um e de dois anos anteriores respectivamente), o que

permite sua elevação praticamente sempre acima da inflação. Tal mecanismo, que havia sido implementado ainda no 1º mandato de Lula, fora abandonado por Temer e Bolsonaro, e reintroduzido por Lula no ano passado. Mas para cortar gastos da Previdência e de outros benefícios que usam o Mínimo como referência, a proposta será incluir nesse mecanismo o limite de 2,5% acima da inflação do ano anterior. Isso enquadraria a evolução desses gastos ao limite imposto pelo Arcabouço Fiscal.

Outras medidas, como o corte do BPC e no abono salarial (benefícios a idosos e/ou deficientes muito pobres) ou o corte no Seguro Desemprego, também foram sugeridas a Lula e por ele consideradas. Elas, contudo, atraíram uma grita generalizada por parte de sindicalistas e apoiadores de Lula, incluindo seu próprio ministro do Trabalho (ver OT 940). Os movimentos sociais e a militância petista seguem esperando que esse corte

no salário-mínimo também não entre no pacote.

Há ainda a proposta de cortar em cerca de R\$ 2 bilhões os gastos anuais com a Previdência dos militares. Isso a partir de uma (lenta, gradual e muito tímida) redução de alguns poucos, dentre os inúmeros privilégios que a casta do oficialato detém, tais como: ausência de idade mínima de aposentadoria, direito a pensão a familiares de militares expulsos, distribuição da aposentadoria ("cota pensão") de um militar morto aos demais, Fundo Saúde etc.

### Desoneração para os empresários

Enquanto isso, a arrecadação com impostos está crescendo forte: neste outubro ela foi 10% superior a de um ano atrás. E seu acumulado nos 10 primeiros meses do ano representa um recorde histórico. Nesses mesmos dez meses, contudo, o governo deixou de arrecadar R\$ 103 bilhões devido a

desonerações fiscais. Dados do próprio ministério da Fazenda detalham os R\$ 546 bilhões concedidos a empresas em benefícios fiscais. Só as companhias do setor do agronegócio respondem por 18,7% do montante total.

A cobrança de mais impostos aos ricos é absolutamente fundamental. A elevação das receitas do Tesouro também é positiva. Mas, pelo NAF, elas não evitam os cortes de despesas sociais. Suas regras impõem que, por mais que as receitas cresçam, as despesas com todos os gastos primários só podem crescer 2,5% no máximo. Claro que as despesas com pagamento de juros da dívida (a especuladores, na maioria) não são limitadas por regra alguma. Elas podem crescer à vontade e, de fato, estão em disparada já quase atingindo os R\$ 800 bilhões por ano, com o Banco Central voltando a falar em elevar mais uma vez a Selic, taxa que remunera títulos da dívida.

Alberto Handfas

# Tentativa de golpe de Bolsonaro e seus generais

## Que lições tirar?

A última semana começou com a prisão de quatro militares – dentre eles o general da reserva Mário Fernandes – e um policial federal, operadores de um de golpe de Estado no final de 2022, que incluía assassinar Lula, Geraldo Alckmin e o ministro do STF Alexandre de Moraes. No último dia 21, foram indiciadas 37 pessoas, dentre eles Bolsonaro e 25 militares, seis deles generais. Um plano articulado no seio das Forças Armadas em conluio com o governo Bolsonaro.

O relatório das investigações da Polícia Federal não deixa dúvidas: o Alto Comando das Forças Armadas sempre esteve ciente dos planos golpistas. Enquanto uma parte estava diretamente envolvida, outra fez vistas grossas. Vale lembrar que, naqueles dias do final de 2022, todos concordaram em dar cobertura aos acampamentos em frente aos quartéis, assistiram ao bloqueio de estradas, viram circular manifestos de generais pedindo golpe e tantos outros episódios golpistas. Todos, incluindo o judiciário e o parlamento, assistiram a tudo impassíveis. Afinal, nada que parecesse ser contrário a um Estado sob a égide do famigerado artigo 142 da constituição.

### Todos culpados

Se o envolvimento institucional das Forças Armadas – em particular do Exército – sempre existiu, nos últimos anos, ele não deixou de aparecer no movimento para derrubar a presidente Dilma e para tirar Lula da eleição presidencial de 2018. Bolsonaro, que não tem nada de inocente, foi uma peça-chave no esquema.

O plano golpista teve a oposição do

governo dos EUA de Biden que ainda sofria com as consequências da invasão do Capitólio e não queria mais confusão “no quintal”, o que ajudou a dividir o Alto Comando do Exército. Também pesou o elemento da força popular que elegeu Lula “contra tudo e todos”, em um quadro eleitoral eivado de fraudes, fato que teve expressão máxima nas centenas de milhares na Avenida Paulista na noite da vitória.

São, portanto, todos culpados em maior ou menor grau. Por isso é preciso punir, cada qual de acordo com sua responsabilidade. Inclusive aqueles que, sabendo da trama, não a denunciaram. E são muitos, a começar do Alto Comando do Exército, os comandantes das três forças e uma infinidade de militares de alta patente. É a impunidade quanto aos crimes da ditadura militar que está na origem dos golpistas atuais.

### É preciso pôr fim ao artigo 142 da CF

As centrais sindicais publicaram uma nota conjunta que, honestamente, não ajuda. Ou melhor, atrapalha. Além de passar à margem do papel das Forças Armadas no episódio (o termo sequer aparece no documento), é pela defesa da constituição de 1988 e “união” em torno dela e da defesa das instituições,

sem nada falar sobre o artigo 142 da CF, da GLO (Garantia da Lei e da Ordem), e conclui “... É preciso punir de forma exemplar para liquidar a escalada autoritária daqueles que não aceitaram perder as eleições.” Digamos que, por tudo que já se sabe, o problema é bem maior que eleitoral.

O PT, através de duas notas da sua Comissão Executiva Nacional, faz exigências e afirmações justas, mas escorrega ao tentar preservar os organismos militares que de tudo sabia o tempo todo.

O processo está na justiça e terá

desdobramentos nos próximos meses. É preciso exigir que se investigue a fundo, respeitado o devido processo legal e se puna de acordo com a responsabilidade de cada um.

Mas é preciso também ir à raiz do problema; tirar todas as conclusões e assumir a bandeira da abolição do famigerado Artigo 142 da Constituição, essa aberração antidemocrática, que dá às Forças Armadas competência para agir contra o povo e a nação.

Laércio Barbosa

PUNHAL VERDE E AMARELO



Charge de Laerte, publicada na Folha de SP em 21/11/2024

## A falácia do “empreendedorismo”

Nas últimas eleições vários candidatos e dirigentes do PT e outros partidos da esquerda tentaram abraçar a defesa do “empreendedorismo” para se aproximar do que seria uma “nova realidade” das periferias no Brasil. O chamado “empreendedorismo” encobre uma miríade de atividades executadas, em grande parte por jovens, que vai desde ter uma pequena loja no bairro, trabalhar em plataformas de transporte (como Uber, iFood, etc.), prestar serviços como CNPJ para empresas, etc.

O próprio Lula, no mesmo período, ao lançar o Programa Acredita, que facilita o crédito micro e pequenos empreendedores disse: “É importante lembrar que tem uma parte da sociedade que não quer ter carteira profissional assinada. As pessoas querem trabalhar por conta própria, querem ser empreendedoras...”

### Será?

A Fundação Getúlio Vargas fez uma sondagem para entender as características dos autônomos no Brasil. Uma das perguntas foi: “se gostariam de ter um trabalho com carteira assinada”? 67,7% dos disseram que sim. Entre os autônomos que ganhavam entre um e três salários-mínimos, 70,8% disseram que sim.

### Majoria ganha menos de dois salários-mínimos

Pesquisa do Seabre, revelou que 68% dos “empreendedores” têm rendimentos de até dois salários-mínimos. São quase 20 milhões. Apenas 9% deles (2,6 milhões) declararam ganhar mais de cinco salários-mínimos.

É claro por esses dados que, se essa maioria ganha menos de dois salários-mínimos e tocam negócios que não

tem nenhum funcionário, sua situação concreta se assemelha ao de trabalhadores precarizados. Empurrados para a prestação de serviços em plataformas digitais ou em grandes empresas sem terem contratos de trabalhos formais. Portanto, sem terem direitos, o que certamente pesará no caso de doença, invalidez e planos para aposentadoria e na ausência das férias remuneradas e 13º salário.

### É o retrocesso da legislação trabalhista

Não se trata, portanto, de falta de “incentivo ao empreendedorismo”. Uma vez que esse “incentivo”, concretamente, é o próprio retrocesso da legislação trabalhista nos últimos anos que autorizou, por exemplo, a terceirização desenfreada. O que permitiu as empresas avançarem na pejotização de funcionários em detrimento dos celetistas,

por um lado. De outro lado, a redução dos direitos trabalhistas com a reforma de 2019 rebaixou de tal forma as condições de trabalho que fizeram com que muitos, em especial jovens nas periferias das grandes cidades, prefiram “se virar” por conta própria a aceitarem ficar duas horas no transporte público, trabalhar 6 dias na semana por salário-mínimo.

É claro que o PT deve ter uma política para os pequenos negócios, a começar por fazer uma reforma tributária que taxe a renda e não o consumo, que crie um sistema verdadeiramente progressivo. Porém, isso não se confunde com incentivar os jovens, encurralados por um mercado de trabalho desregulamentado, a abraçar um trabalho “por conta própria” que na verdade não passa de um emprego desregulamentado.

Cristiano Flecha





↳ Conferência Europeia, Berlim, 2 e 3 de novembro

# “Contra a guerra, contra a guerra social”

## Conferência europeia em Berlim

A Conferência Europeia “contra a guerra e contra a guerra social” reuniu em Berlim, nos dias 2 e 3 de novembro de 2024, delegados da Alemanha, Bélgica, Croácia, Espanha, França, Grécia, Macedônia, Noruega, Polónia, Portugal, Romênia, Sérvia e Suécia. Ela possibilitou juntar novas forças e aprofundar os laços já estabelecidos em Paris, em 4 de maio, depois nos encontros de Oslo, em junho, e de Belgrado, no início de julho.

Os presentes, todos comprometidos contra a escalada da guerra na Ucrânia e contra o genocídio em Gaza, abordaram o combate contra todos os governos cúmplices (inclusive Putin). Eles também discutiram a construção de organizações realmente independentes do imperialismo.

Publicamos a seguir duas intervenções. O Comitê de Ligação Europeu contra a Guerra, que acolheu a conferência, publicará em breve todas as intervenções e as conclusões.

### ALEMANHA

**“Os direitos humanos são distribuídos de maneira muito diferente pelo Ocidente”**

Marcus Steiger, da aliança “Aquecimento, Pão e Paz”

Após a invasão russa na Ucrânia em 2022, percebi que a questão da guerra era uma contradição e que era importante tomar posição sobre este ponto. Fiquei ainda mais surpreso ao perceber que muitas pessoas do meu círculo político defendiam, de repente, as posições da Otan. Então me juntei à



aliança “Aquecimento, Pão e Paz”, que também foi uma das primeiras a ligar a questão social e a questão da guerra, o que muitos grupos não fazem até hoje.

Ou tratam da questão da paz e deixam de lado a questão social, ou então tratam exclusivamente da questão social, como os sindicatos, e não levam em consideração a questão da guerra, ou o partido “Die Linke” (“A Esquerda”) que ainda hoje não é capaz de tomar uma posição clara sobre a guerra na Ucrânia ou em Gaza.

Eu trabalho em um centro para jovens no bairro de Kreuzberg em Berlim e acolhemos muitas crianças cujos pais tiveram que fugir da Palestina ou do Líbano. Como vou explicar a essas crianças e jovens que devem resolver seus conflitos de maneira pacífica se, ao mesmo tempo, me mostram um vídeo no Tik Tok onde vemos membros de suas famílias, amigos ou conhecidos sendo queimados vivos?

Como posso explicar a eles que fazem parte desta sociedade, se o incitamento ao ódio contra os imigrantes se torna cada vez mais forte? Como posso lhes falar dos valores da sociedade ocidental se a sua liberdade de manifestação é limitada e se lhes dizem repetidamente que são pessoas de classe inferior? Como posso

lhes falar sobre os direitos humanos quando eles veem muito claramente que estes direitos não valem para todos da mesma maneira e que esses direitos humanos são sempre distribuídos de forma muito diferente pelo Ocidente?

Queridos amigos, há mais de 100 anos, Rosa Luxemburgo previu que estávamos diante de uma escolha. Socialismo ou barbárie, e como sabemos, a barbárie prevaleceu na época. Hoje, estamos diante da mesma questão. Socialismo ou barbárie? E farei tudo para que, desta vez, a barbárie perca.

É por isso que devemos lutar, juntos, de maneira organizada e internacionalista. Viva a solidariedade internacional!



### FRANÇA

**“O novo governo inspira apenas repulsa e raiva entre os jovens”**

Amber, estudante, jovem do Partido Operário Independente (POI)

A precariedade em que estão mergulhados a juventude e os estudantes tem

tudo a ver com o orçamento gigantesco destinado ao exército e à polícia. Atualmente, no país, há dezenas de milhares de estudantes fazendo fila para as distribuições de alimentos porque não têm meios para viver.

Em novembro de 2023, com os grupos de ação da França Insubmissa e com a ajuda dos comitês palestinos, organizamos manifestações a favor de um cessar-fogo imediato e permanente. A França Insubmissa foi a única força política que participou dessas mobilizações.

Em abril passado, quando a ofensiva israelense em Rafah se intensificou, decidimos lançar um acampamento na Sorbonne, reproduzindo o movimento lançado nas universidades norte-americanas (universidade de Columbia). Como um rastro de pólvora este tipo de mobilização repercutiu em várias universidades na França e, especialmente, na escola Sciences Po. Mais uma vez, só os deputados da França Insubmissa se deslocaram para as manifestações e vieram dar seu apoio quando fomos evacuados à força, apesar de nossa manifestação ser pacífica.

Em maio, por ocasião de uma nova mobilização na Sorbonne, a polícia interpelou e prendeu 86 estudantes. O motivo? Terem se mobilizado pela paz.

O novo governo de Macron despreza toda a democracia, não tem qualquer legitimidade e inspira apenas repulsa e raiva nos jovens militantes contra a guerra e contra a guerra social. O governo está mais impopular do que nunca.

Apesar da demonização midiática contra a França Insubmissa, apesar de todas as repressões, as mobilizações continuam. E o inimigo está claramente identificado: o primeiro slogan que está sendo entoado nas manifestações é este: “Israel assassino, Macron cúmplice”.

Retirado de Informations Ouvrières

# G 20: as intenções e o mundo real

Cúpula do Rio ocorre em meio à escalada nas guerras



↳ Foto oficial do G20

A 19ª Cúpula de Líderes do G20 foi realizada no Rio de Janeiro nos dias 18 e 19 de novembro. Ela adotou uma declaração final estruturada em torno dos três eixos propostos pela presidência temporária do Brasil: o combate à fome, à pobreza e à desigualdade; o desenvolvimento sustentável; a reforma da governança global (da ONU, FMI, Banco Mundial).

O G20 do Rio se deu sob a sombra da recente eleição de Trump como presidente dos EUA, cujas posições contrárias ao multilateralismo são conhecidas, tornando incerto o compromisso da maior potência imperialista mundial com os acordos e consensos obtidos. O presidente argentino Milei declarou sua oposição aos temas de desinformação, igualdade de gêneros e Agenda 2030 (metas da ONU), presentes na declaração final, mas assinou o documento.

A declaração menciona a necessidade de superar os conflitos na Ucrânia e Oriente Médio. Uma intenção que foi desmentida pela ação concreta dos governos Biden dos EUA, Starmer do Reino Unido e Macron da França, que acabam de autorizar Zelensky a utilizar os mísseis de longo alcance que lhe foram fornecidos contra a Rússia, com a previsível reação de Putin. O que vemos, por trás dos sorrisos dos líderes na “foto de família” do G20, é uma escalada na política de guerra não só na Ucrânia, mas também em Gaza, Cisjordânia e no Líbano, com os bilhões de dólares enviados pelos EUA ao governo de Israel.

## E o G20 Social?

Antecedendo a Cúpula de Líderes, ocorreu o chamado G20 Social em 15 e 16 de novembro, uma “inovação” proposta por Lula, para ser um “espaço

para a participação ativa da sociedade civil no debate, possibilitando que organizações e indivíduos contribuam diretamente para as discussões e formulações de políticas da cúpula”.

Pautado pelos três eixos oficiais, o G20 Social foi preparado por 13 grupos de engajamento – desde sindicatos (L20), juventude (Y20), empresários (B20), mulheres (W20), até prefeitos e cortes supremas – e contou com centenas de “atividades autogestionadas”, em geral mesas de discussão. Essa babel da “sociedade civil” foi concluída por uma Declaração que, segundo participantes, já chegou pronta pelas mãos do ministro Márcio Macedo da Secretaria Geral da Presidência e seria entregue a Lula, que a levaria aos demais líderes do G20.

É uma longa declaração, salpicada de chavões como “desenvolvimento sustentável”, “trabalho decente”,

“transição energética justa”, mas que não cita uma vez sequer a palavra Palestina. Fala de “paz global”, “manutenção da paz” (?!), mas nenhuma condenação do genocídio do povo palestino por parte do Estado de Israel.

Esta omissão da Palestina na declaração do G20 Social desnuda o seu caráter: em nome da participação da “sociedade civil”, o que ocorre é a integração de organizações populares e sindicais como apêndices de um fórum de governos. Assim temas espinhosos, como a Palestina, são apagados.

Todos os governos cúmplices do genocídio praticado por Israel na Palestina e Líbano, como os dos EUA e dos países da União Europeia, estavam representados no Rio de Janeiro, mas, talvez, não se quisesse incomodá-los com grandes manifestações de protesto.

Julio Turra

## Liberdade para Jorge Glas

Com o apoio do CILE (Comité Internacional de Enlace e Intercambio dos Trabalhadores), em 15 de novembro foi realizada uma nova reunião internacional virtual que teve a presença da deputada Sofía Espín do partido Revolução Cidadã, de Sacha Llorenti, ex-diplomata boliviano e atual coordenador do comitê internacional pela liberdade de Glas, do comitê 2 de outubro do Equador, de representantes do Diretório Nacional do PT do Brasil, da Fundação Perseu Abramo, da CONDESEF, de dirigentes da Espanha, do México e da Venezuela. A principal decisão foi realizar um novo Dia Internacional de mobilização pela Liberdade de Jorge Glas no dia 10 de dezembro de 2024. O objetivo é que se realizem atos e ações nas embaixadas e consulados do Equador em todo o mundo e nas províncias do país.

A guerra judicial contra o ex-vice-presidente do Equador levou à sua condenação, em dezembro de 2017, a seis anos de prisão pelo chamado caso Odebrecht, que também vitimou dirigentes

no Brasil como o próprio Lula. Nos últimos anos a intervenção dos Estados Unidos nos países latino-americanos se materializou na manipulação da justiça (lawfare) para perseguir lideranças progressistas falsamente acusadas de corrupção, condenadas sem provas, presas e impedidas de participar da vida política de seu país.

## Invasão à embaixada e sequestro

Em 5 de abril de 2024 o governo equatoriano de Daniel Noboa invadiu a embaixada mexicana para sequestrar o ex-vice-presidente Jorge Glas, que esperava um salvo conduto que permitiria a ele ir para o México. A embaixada foi tomada ilegalmente e o diplomata mexicano Roberto Canseco foi agredido e insultado. Glas foi transferido à prisão La Roca, na cidade de Guayaquil. Lá, depois de permanecer isolado durante 15 dias e sem contato com seus familiares, foi ameaçado de morte. O governo de Noboa quer com isto intimidar a luta do povo equatoriano por soberania nacional, direitos sociais e liberdades



↳ Jorge Glas

democráticas. A luta pela liberdade de Jorge Glas alimenta a luta contra todas as perseguições judiciais que recaem sobre os líderes dos nossos países.

Essa luta pela liberdade, democracia e direitos mobiliza trabalhadores de muitos países. Noboa está destruindo o setor elétrico do Equador, aonde apagões de energia chegam a 14 horas seguidas em muitas cidades. A cruzada do governo contra o crime é pretexto para reprimir o povo e suas organizações sindicais e políticas. É nessa mesma situação que se pretende ceder uma base militar aos Estados Unidos.

## Campanha internacional

Se a ofensiva de Noboa não é um ato isolado, pois eles se articulam com outros setores alinhados ao imperialismo em nossa região, a resistência também não pode ser vitoriosa sem o apoio internacional. Várias organizações se articulam por essa campanha. No Equador o coletivo Antena-CILE atua junto com a Assembleia Popular de Guayas agrupando diversas organizações sociais, sindicais e de aposentados para reforçar a campanha pela liberdade de Jorge Glas.

Everaldo de Andrade

# “Após as eleições nos Estados Unidos”

Declaração do Secretariado Internacional da 4ª Internacional



↳ Donald Trump na Casa Branca durante seu primeiro mandato

**“É possível que nenhum partido ou personalidade possa escapar da atual onda mundial de rejeição” (Financial Times)**

A eleição nos Estados Unidos tem um alcance global. Expressa a crise de dominação do imperialismo: o conflito entre os Estados Unidos e a China; o genocídio do povo palestino e suas consequências mundiais; a ofensiva dos EUA para demolir o coração industrial da Europa e avançar a economia de guerra em vista do conflito na Ucrânia, sob o risco de uma conflagração generalizada. Os resultados eleitorais não podem ser entendidos isoladamente.

Como escreve o Financial Times: “dos democratas americanos aos conservadores britânicos, da coligação Ensemble de Emmanuel Macron aos liberais-democratas japoneses, passando pelo BJP, outrora dominante, de Narendra Modi na Índia, os partidos no poder e seus dirigentes sofreram uma série de desgraças sem precedentes este ano. Todos os partidos no poder que se apresentaram em eleições em países desenvolvidos recuaram nas eleições. Esta é a primeira vez que isso acontece na história, com dados que remontam a 1905”. E conclui: “é possível que nenhum partido ou personalidade possa escapar da atual onda mundial de ‘rejeicionismo’”.

**Uma onda de rejeição inevitável e justificada, da qual Trump não escapará,** porque sua política traz medidas brutais contra os trabalhadores, cujo resultado é impossível prever.

Por um lado, o imperialismo em crise de dominação busca de “soluções” cada vez mais liberticidas e autoritárias, apoiando-se na extrema direita e nos setores mais reacionários da sociedade, representados por Trump, e não apenas nos EUA.

Por outro lado, a luta de classe, as greves massivas em plena campanha eleitoral (portuários da costa leste, trabalhadores da Boeing e do setor automobilístico), as manifestações pelo cessar-fogo na Palestina e o embargo de armas, a recusa das demissões, a defesa dos serviços públicos e da saúde, do meio ambiente... Nós estamos neste campo, com os milhões que procuram reunir suas forças para varrer este regime capitalista apodrecido. Estamos aí com o nosso patrimônio político, a nossa experiência e as nossas análises para ajudar tudo que reforce a rejeição e a busca de pontos de apoio para auxiliar estes milhões num momento em que, para muitos, é através de uma política de ruptura que será possível vencer.

Para ajudá-los a tomar o destino em suas próprias mãos, para ajudar a organizar e consolidar as novas forças que se desenvolvem em cada país e internacionalmente, convidamos você a juntar-se às seções da 4ª Internacional.

**15 de novembro de 2024\***  
(integra em [www.otrabalho.org.br](http://www.otrabalho.org.br))

No momento em que Biden, em território brasileiro, anunciava a autorização para Zelensky usar mísseis de médio alcance contra a Rússia, e em que o Tribunal Penal Internacional emitia ordem de prisão contra Netanyahu, apoiado por Trump e Biden, e que os EUA já dizem que ignorarão, o SI adotou esta Declaração:

“A eleição de Donald Trump e sua maioria na Câmara dos Representantes e no Senado, obviamente, não encerrou a crise política que culminou em 2020 nos Estados Unidos com o assalto ao Capitólio. Ela foi até aprofundada durante a campanha eleitoral e revelou a fratura da sociedade. A decepção, a perda de confiança e a rejeição ao Partido Democrata expressaram-se pela perda espetacular de 7 milhões de votos desde as últimas eleições de 2020, “a maior queda em 45 anos”.

**Trump impôs a sua candidatura aos republicanos.** As primeiras nomeações para os cargos-chave da futura administração são contestadas dentro do próprio partido. A nomeação de Marco Rubio<sup>1</sup> para o Departamento de Estado e a ofensiva pela criação do “Departamento da Eficiência Governamental” para liquidar setores inteiros da administração, vão inevitavelmente provocar grandes choques. Todo o sistema político estadunidense está em crise.

**“Por que você votou em Trump, e também em mim?” (deputada eleita pelo Partido Democrata em Nova York)**

Durante quatro anos, no coração do imperialismo mais poderoso, o capital fez aquilo que faz melhor: os lucros em benefício de um punhado de exploradores. Para a imensa maioria, os preços de alimentos e moradia subiram 25%. A administração Biden/Harris prometeu aos trabalhadores uma vida melhor. Mas a inflação agravou a situação já precária de 144 milhões de americanos não-sindicalizados, 90% da mão de obra assalariada, e impulsionou greves massivas.

**Nas urnas, a punição é clara.** A ausência de opção para defender os trabalhadores alimentou as ilusões no voto Trump e fez com que parte dos 76 milhões que votaram nele (2 milhões mais que em 2020) acreditassem que a solução estaria na sua política reacionária: demissão de milhares de funcionários, deportação de 15 a 20 milhões de imigrantes, desregulamentação da economia e das leis de proteção dos trabalhadores e do meio ambiente, continuar sua política internacional de pilhagem, reforço da repressão, revogação do direito ao aborto... Em um país profundamente dividido, Kamala Harris com 74 milhões de votos perdeu um eleitor em cada dez. 89 milhões não votaram.

**Quando possível, a nível local, foram eleitos candidatos dos Socialistas Democráticos da América (DSA)**

- às vezes de forma contraditória - movidos por uma defesa convicta dos sindicatos e das conquistas operárias, da democracia, dos direitos das mulheres, do não ao racismo e à guerra. Expressão dessas contradições, os eleitores do Missouri votaram em Trump e, em plebiscito, pela emenda à Constituição do estado que garante o direito ao aborto. O mesmo aconteceu em Montana e no Arizona. Votaram em massa para aumentar o salário-mínimo em 22% e estabelecer uma licença médica paga pelo empregador, reivindicação dos sindicatos... que Trump quer enfraquecer.

**Biden/Harris também pagam o preço do seu apoio incondicional ao governo de Netanyahu,** em continuidade com a administração anterior de Trump. Na maior cidade de maioria árabe (Dearborn), num dos estados mais industrializados (Michigan), Kamala Harris obteve 36% dos votos e perdeu metade dos eleitores do Partido Democrata. Neste local, a deputada Rachida Talib (DSA), que se destacou pelo seu apoio à Palestina, foi reeleita com 70% dos votos. Demonstração inequívoca que localmente é possível vencer numa linha de ruptura.

Mas, no plano nacional, prejudicado pelo sistema eleitoral estadunidense, os eleitores não tinham a opção de votar por uma candidatura de ruptura, independente da representação política do capital nos Estados Unidos encarnada pelos dois principais partidos (Democrata e Republicano).

<sup>1</sup> Senador republicano da Flórida, cubano-americano anticomunista (NdOT)